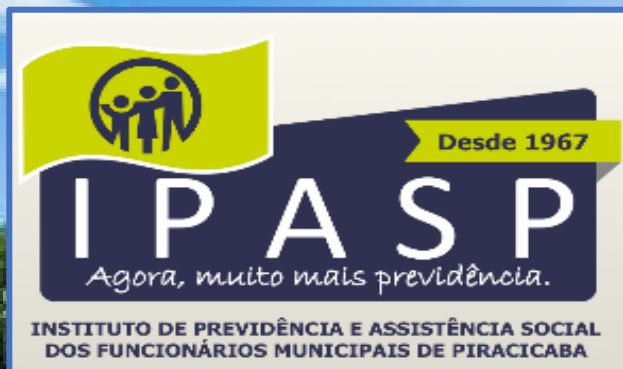


PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS MARÇO/2026

Elaboração: Gestor dos Recursos e Comitê de Investimentos

Data de elaboração: 22/04/2026

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	ANEXOS.....	3
3.	ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO.....	3
4.	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
5.	ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	5
5.1.	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA	5
5.2.	RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS	9
5.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	9
5.4.	RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE	10
5.5.	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	11
5.6.	RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES.....	11
5.7.	AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR.....	12
6.	ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	12
6.1.	RISCO DE MERCADO	12
6.2.	RISCO DE CRÉDITO	13
6.3.	RISCO DE LÍQUIDEZ	13
7.	ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	14
8.	ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS.....	14
9.	PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO.....	14
10.	PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	14
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14

1. INTRODUÇÃO

Na busca por uma gestão previdenciária de qualidade e, principalmente, no que diz respeito às aplicações dos recursos, elaboramos o presente parecer de deliberação e análise, promovido pelo Comitê de Investimentos do IPASP.

Para a emissão deste parecer, foi utilizado o relatório completo de análise da carteira de investimentos fornecido pela empresa contratada de Consultoria de Investimentos, o qual contempla: carteira de investimentos consolidada; enquadramento perante os critérios da Resolução CMN nº 5.272/2025 e suas alterações; retorno dos investimentos; distribuição dos ativos por instituições financeiras; distribuição dos ativos por subsegmento; retorno da carteira de investimentos versus a meta de rentabilidade; evolução patrimonial e retorno dos investimentos após as movimentações.

Ressalta-se que a partir de 02/02/2026, entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, a qual passou a disciplinar as aplicações dos recursos dos RPPS. Destaca-se, ainda, que a Política de Investimentos já foi devidamente aprovada em conformidade com a nova resolução.

2. ANEXOS

Relatórios	Anexos
Panorama Econômico – MARÇO/2026	ANEXO I
Relatório Analítico dos Investimentos	ANEXO II

3. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba apresenta em anexo os relatórios de acompanhamento de rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações de seus recursos.

A carteira de investimentos do IPASP de MARÇO/2026 reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas no mês de FEVEREIRO/2026, que foram devidamente fundamentadas e registradas na ata de reunião do Comitê.

Em **março** de 2026, o **cenário global** foi marcado por uma forte mudança de percepção de risco, com a escalada do conflito entre Israel, Estados Unidos e Irã, que transformou uma crise regional em um choque global de energia, logística e inflação. O bloqueio do Estreito de Ormuz, responsável por parcela relevante do fluxo internacional de petróleo e gás, reduziu drasticamente o tráfego marítimo e elevou de forma expressiva os preços do petróleo, do gás natural e dos fertilizantes, trazendo de volta o temor de um ambiente de estagflação global. O petróleo Brent voltou a superar a faixa de US\$ 100 por barril, enquanto o Federal Reserve optou por manter a taxa básica entre 3,50% e 3,75%, adotando postura cautelosa diante da persistência inflacionária e dos efeitos ainda incertos da guerra sobre a atividade econômica. Apesar de o

FED ainda projetar um impacto temporário, o mercado passou a revisar expectativas, com abertura relevante da curva de juros americana e aumento da aversão a risco. Nesse contexto, os ativos globais sofreram forte correção: o S&P 500 recuou 5,09%, o MSCI World caiu 5,28% e o Global BDRX registrou queda de 3,67%, refletindo principalmente a deterioração das bolsas americanas e a maior sensibilidade de economias importadoras de energia.

No **Brasil**, o ambiente externo mais adverso interrompeu parte do movimento positivo observado no início do ano, embora o país tenha se mostrado relativamente mais resiliente em função da sua exposição a commodities e do suporte gerado pelo fluxo estrangeiro. A alta do petróleo favoreceu os termos de troca e ajudou a sustentar o câmbio, mas aumentou de forma relevante a preocupação com a inflação doméstica, especialmente via combustíveis, fretes e alimentos. O IPCA de março registrou alta de 0,88%, acima do esperado pelo mercado, reforçando a desancoragem das expectativas inflacionárias e exigindo maior cautela na condução monetária. O Copom iniciou o ciclo de cortes da Selic com redução de apenas 0,25 p.p., levando a taxa para 14,75%, em um movimento mais conservador diante da elevação dos riscos inflacionários. No mercado de renda fixa, a curva de juros abriu significativamente ao longo do mês, penalizando principalmente os ativos prefixados. O IRF-M apresentou queda de -0,59%, enquanto o IMA-B conseguiu leve valorização de 0,17%, refletindo a maior proteção dos títulos indexados à inflação em um ambiente de choque de oferta. O CDI, por sua vez, manteve sua contribuição positiva com rentabilidade de 1,21%, enquanto o Ibovespa encerrou março com queda de -0,70%, apesar de ter apresentado perdas bem mais intensas ao longo do mês.

Diante desse cenário, **o Instituto encerrou o mês de março com uma rentabilidade de 0,55%, abaixo da meta necessária de 1,37% (IPCA + 5,76% a.a.), refletindo principalmente o impacto negativo da abertura da curva de juros e da forte correção dos mercados internacionais.** O resultado foi sustentado pelo carregamento da parcela pós-fixada, atrelada ao CDI de 1,21%, e pela relativa resiliência dos títulos indexados à inflação, com o IMA-B apresentando retorno positivo de 0,17%, enquanto o IRF-M sofreu retração de -0,59%. A parcela internacional voltou a pressionar negativamente a carteira, com destaque para as quedas do MSCI World (-5,28%) e do BDRX (-3,67%), em linha com a forte aversão a risco global. Ainda assim, **o retorno acumulado do exercício permanece em 3,12%, muito próximo da meta atuarial acumulada de 3,31%**, mantendo o Instituto em posição de acompanhamento próximo e controle técnico da estratégia adotada.

Para os próximos meses e para o restante de 2026, as perspectivas exigem cautela ainda maior, uma vez que o principal vetor de risco passou a ser a duração do conflito no Oriente Médio e seus efeitos sobre inflação, crescimento e política monetária global. Caso haja uma resolução mais rápida, o petróleo tende a devolver parte do movimento recente e os ativos de risco podem recuperar desempenho; por outro lado, um prolongamento da crise pode consolidar um ambiente mais próximo de estagflação, com maior pressão sobre juros, menor crescimento e elevação da volatilidade. No Brasil, apesar do suporte das commodities e do diferencial de juros, permanecem no radar os riscos fiscais, a sensibilidade inflacionária e o calendário eleitoral, que podem limitar uma trajetória mais consistente de fechamento da curva. Assim, a estratégia permanece focada na diversificação, com preferência por títulos indexados ao IPCA de duration média, manutenção de liquidez em pós-fixados e acompanhamento criterioso da exposição em renda variável, especialmente diante de um cenário em que

preservação de capital e controle de risco se tornam ainda mais relevantes do que movimentos direcionais de retorno.

Adicionalmente, haja vista que a partir de 02/02/2026 entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, o Comitê de Investimentos e a gestão dos recursos permanecerão atentos a todas as alterações introduzidas pela nova legislação e realizarão o devido acompanhamento normativo, com a adoção dos ajustes necessários na estratégia de alocação, sempre com vistas à manutenção do enquadramento legal, à mitigação de riscos e ao cumprimento da meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos já aprovada.

4. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Acompanha este parecer, na forma do ANEXO III o balanço orçamentário referente ao mês de referência que demonstra as contribuições repassadas, em conformidade com a legislação vigente.

As receitas patrimoniais estão sendo lançadas em Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD, sendo que só é lançada a receita patrimonial orçamentária quando o resgate do investimento é efetivado.

5. ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

5.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA

A carteira de investimentos do RPPS apresenta-se distribuída entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior, com participações de **88,61%**, **10,87%** e **0,53%**, respectivamente. Referida alocação observa os limites estabelecidos pela Política de Investimentos vigente e pela **Resolução CMN nº 5.272/2025**, considerando que o IPASP detém a **Certificação Institucional Pró-Gestão Nível III**, conquistada em 23 de maio de 2025 e ainda vigente, o que lhe confere limites diferenciados de exposição ao risco.

No que tange ao acompanhamento e à verificação dos limites legais e internos da carteira de investimentos, este parecer concentra-se na identificação de eventuais desenquadramentos de natureza **ATIVA**. Tal distinção é fundamental e está em estrita consonância com a Política de Investimentos vigente e com o art. 18 da Resolução CMN nº **5.272/2025**. Para fins de transparência, esclarece-se que os desenquadramentos de ordem **passiva** não são aqui apontados como infrações aos limites. Essas situações passivas incluem, por exemplo, a valorização ou desvalorização de ativos de mercado, a alteração no patrimônio líquido de fundos devido a resgates de outros cotistas ou, ainda, a manutenção de ativos que detenham mais de 50% de seu PL em RPPS. Nestes casos, a Política de Investimentos e a Resolução permite a permanência desses ativos em carteira por até **dois anos** — ou até o seu encerramento, no caso de fundos com carência, baixa liquidez, impossibilitados de resgate e em liquidação —, visando sempre a preservação dos princípios de segurança, rentabilidade e solvência.

Destaca-se que, em conformidade com as novas diretrizes regulatórias, o Instituto observa rigorosamente a vedação de novas **aplicações** em fundos que apresentem qualquer tipo de desenquadramento em relação à Resolução supracitada, regra esta plenamente vigente desde **02/02/2026**. Portanto, o monitoramento aqui apresentado assegura que nenhum novo aporte foi realizado de forma irregular, mantendo a integridade da gestão. Todos os casos de desenquadramentos passivos remanescentes seguem devidamente registrados conforme relatório analítico de investimento e, quando necessário, com registros em ata, e são todos acompanhados pelo Comitê de Investimentos e pelo Gestor de Recursos.

O Comitê de Investimentos avalia como fundamental a manutenção estratégica de ativos de alta qualidade na carteira, mesmo naqueles casos em que há plena liquidez para resgate imediato. A decisão de não realizar movimentações antecipadas fundamenta-se no compromisso com a **preservação da meta atuarial**, entendendo que a saída desses ativos em momentos de volatilidade econômica ou política desproporcional seria contraproducente aos objetivos estruturais do Instituto. A permanência desses investimentos em fundos com desenquadramento passivo segundo a nova Resolução reflete uma escolha deliberada pela segurança e pela consistência dos retornos a longo prazo, assegurando que a estrutura de alocação permaneça resiliente frente às oscilações de mercado. Sob a ótica da melhor governança e prudência fiduciária, o monitoramento constante garante que o Instituto aproveite a qualidade técnica desses fundos para o cumprimento das obrigações previdenciárias, evitando decisões precipitadas que poderiam comprometer o equilíbrio planejado para o plano em cenários de incerteza.

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Segmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 5.272/2025	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável (Estruturado – Fundo Imobiliário)	Desenquadrado	Desenquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado	Enquadrado

Ao analisarmos o enquadramento por segmento, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025 e a Política de Investimentos vigente, identifica-se desenquadramento **no segmento de Renda Variável** no fundo **ROMA INSTITUCIONAL VALUE FI AÇÕES**.

No que se refere a fundos que apresentaram eventos adversos relevantes ou restrições operacionais, os quais se encontram em acompanhamento especial pela gestão, destacam-se: **FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL 2; GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGICA e HAZ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, com histórico e atualizações descritas abaixo.

O fundo **GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGICA** permanece sob monitoramento estrito, encontrando-se atualmente em fase de liquidação. O Instituto não possui saldo financeiro remanescente no ativo, uma vez que o investimento resultou em perda integral do capital aportado. Refletindo o cenário de insolvência, o **Patrimônio Líquido (PL) do fundo registrou o valor de R\$ -14.063.122,25 em março de 2026**, indicando que o passivo da estrutura supera os ativos existentes. Em relação ao histórico do fundo, o impacto negativo para o instituto consolidou-se após uma série de eventos críticos com o reconhecimento de perdas expressivas

em ativos como Bolt Energias, Stig Energia e Green Oil — decorrentes de reavaliações a valor justo — e resultou em uma redução imediata de 76,61% no patrimônio líquido. Esse cenário de deterioração foi severamente agravado por graves falhas de governança, incluindo a destituição de gestores anteriores e o surgimento de complexos processos judiciais e arbitrais, que culminaram na insolvência prática do Grupo Green Oil, que hoje não possui fontes de receita. Embora o saldo do instituto tenha sido integralmente transferido para perdas em abril de 2022, conferências e fatos relevantes de 2025 detalham a complexidade da fase terminal do ativo. Em novembro de 2025, houve um **reprocessamento no valor das cotas** com um ajuste positivo de 65,55%, fundamentado em relatórios jurídicos de êxito, o que reduziu temporariamente o passivo a descoberto (fazendo o PL negativo recuar de R\$ 21,5 milhões para R\$ 7,4 milhões no período). Contudo, o fundo encerrou dezembro de 2025 com um patrimônio líquido negativo de aproximadamente R\$ 14 milhões. A estratégia atual da administração RJI Corretora foca no **Plano de Encerramento**, com prazo prorrogado até **junho de 2027**, concentrando-se quase exclusivamente na condução de uma ação de responsabilização e arbitragem contra gestores anteriores. Como essa disputa é custeada por um investidor terceiro (sem novos aportes pelo RPPS), a recuperação de capital depende hoje integralmente do sucesso desse processo jurídico e da liquidação residual de ativos que, no mercado atual, possuem valor de mercado nulo ou próximo de zero.

O fundo **FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL**, cujo saldo do instituto foi zerado e transferido para perdas em março de 2020, segue igualmente monitorado. Entre 2013 e 2014, o fundo sofreu uma deterioração severa na qualidade de seus direitos creditórios e foi alvo de processos sancionadores da CVM por aquisição de duplicatas simuladas e falhas fiduciárias, gerando uma perda de 87,03% sobre o valor aplicado pelo IPASP na época. É fundamental salientar que o fundo opera atualmente em um cenário de extrema fragilidade financeira e operacional, com o seu ativo total reduzido a apenas R\$ 270.018,92, conforme o informe mensal de janeiro de 2026. A maior parte deste recurso está alocada em operações compromissadas apenas para manter uma liquidez mínima, visto que a carteira de direitos creditórios, que soma mais de R\$ 6,6 milhões em valores nominais inadimplentes, está integralmente provisionada como perda (100% de provisão), refletindo a nula expectativa de recuperação desses ativos no curto prazo. Além do comprometimento patrimonial, o fundo carrega um histórico crítico de governança e transparência, evidenciado por sucessivas auditorias que não conseguiram validar os seus números. Entre 2013 e 2024, as demonstrações financeiras foram sistematicamente reprovadas ou receberam pareceres de abstenção de opinião, devido a falhas graves que incluem a falta de lastro em operações e o registro de despesas sem comprovação de serviço. Atualmente sob a administração do Banco Genial, o fundo mantém-se em **regime estrito de liquidação e não realiza novas aquisições**, limitando-se a gerir processos judiciais em curso para tentar reaver valores. Contudo, a ausência de garantias vinculadas e a descontinuidade da originação de créditos tornam a recuperação de capital para o instituto uma possibilidade remota, dependendo exclusivamente do desfecho de disputas jurídicas complexas até o **prazo final de liquidação previsto para outubro de 2027**.

O fundo **ROMA INSTITUCIONAL VALUE FI AÇÕES** possui histórico marcado por instabilidades de gestão e severa crise de liquidez. O investimento pelo instituto teve início em janeiro de 2013, com um aporte de R\$ 1.500.000,00, porém passou a enfrentar problemas relevantes a partir de 2019, quando o cancelamento do registro da administradora original

(Única Administração e Gestão de Recursos Ltda.) evidenciou fragilidades na estrutura do fundo, especialmente a elevada exposição a ativos de baixíssima liquidez, como os fundos imobiliários Aquilla FII e São Domingos FII. Nos anos seguintes, foram realizadas assembleias para substituição de prestadores de serviços e deliberações voltadas à reestruturação da carteira, incluindo a liquidação de ativos problemáticos, sem, contudo, reverter o quadro de deterioração da liquidez. Diante desse cenário, em 2023 o fundo foi fechado para resgates, culminando na **aprovação de sua liquidação** em abril do mesmo ano, como medida para preservação de valor aos cotistas. O cenário de estresse foi agravado por um evento de governança em maio de 2024: por determinação da CVM (Ofício nº 44/2024), a administração foi obrigada a honrar o pagamento integral do resgate de um cotista relevante que havia solicitado a saída antes da assembleia de liquidação, o que reduziu significativamente a liquidez disponível e impactou os cotistas remanescentes. Atualmente, o fundo encontra-se desenquadrado perante a Resolução CMN nº 5.272, vedando novos aportes e exigindo acompanhamento contínuo do processo de liquidação. **Ao final de março de 2026, o instituto registrava saldo de R\$ 688.939,98, ainda refletindo prejuízo em relação ao valor originalmente investido. O Patrimônio Líquido do fundo era, ao final de março, de R\$ 5.277.792,92, com seis RPPS entre os cotistas.** A composição da carteira permanece como principal entrave à liquidação, com 66,8% alocados no fundo Renda FI Ações e parcela relevante em ativos de baixa liquidez, como 15,36% no Aquilla FII e 7,13% no São Domingos FII. Dessa forma, embora haja estimativa histórica de conclusão até 2027, o prazo permanece incerto, condicionado à efetiva alienação desses ativos.

O HAZ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO (ATCR11), no qual o instituto aplicou R\$ 1.000.000,00 em abril de 2012, passou por uma mudança estrutural decisiva quando em dezembro de 2025, quando os cotistas, incluindo este instituto, aprovaram em Assembleia Geral o seu **Plano de Liquidação e Encerramento**. Esta medida foi adotada devido à dificuldade de reenquadramento regulatório e à baixa liquidez dos ativos, estabelecendo um cronograma de desinvestimento ordenado com prazo de até quatro anos para a alienação total do portfólio. **Em março de 2026, o instituto registrava um saldo de R\$ 685.187,10 no fundo, cujo Patrimônio Líquido total era de R\$ 63.647.591,48.** Apesar do processo de liquidação, o fundo continua gerando renda operacional, tendo pago **dividendos** de R\$ 3.396,72 em janeiro deste ano e **R\$ 2.398,41** neste mês de abril. Historicamente, o fundo enfrentou desafios severos, como a desvalorização patrimonial de 31,29% em 2017 e trocas sucessivas na gestão, que hoje é conduzida pela Graphen Investimentos. A gestão atual tem focado na regularização de ativos e na recuperação de valores através de medidas judiciais contra antigos prestadores de serviço e locatários inadimplentes, o que reforça o compromisso com a transparência e a diligência para com os investidores. Um evento relevante recente foi o incêndio no galpão de Indaiatuba em setembro de 2025; contudo, a gestão agiu prontamente com o acionamento do seguro, garantindo a reconstrução e modernização do imóvel sem prejuízo ao capital do fundo, com entrega prevista para o início de 2026 para facilitar sua venda. Do ponto de vista de governança e transparência, a liquidação ordenada representa a estratégia mais segura para a recuperação do capital investido, pois evita vendas forçadas abaixo do valor de mercado e segue rigorosamente as normas da CVM. A manutenção dos seguros em dia e a busca ativa por direitos judiciais demonstram que, embora o fundo esteja sendo encerrado, os controles internos e a proteção do patrimônio remanescente continuam sendo prioridade técnica da administração, garantindo que o instituto receba as amortizações devidas conforme os ativos forem transformados em caixa.

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Subsegmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 5.272/2025	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável e Estruturado	Enquadrado	Enquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado	Enquadrado

Conforme a análise por subsegmento (artigos específicos de alocação da Resolução 5.272/2025), a carteira apresenta conformidade integral com os limites regulamentares e as diretrizes da Política de Investimentos.

Enquadramento da Carteira de Investimento por Fundo de Investimentos

Segmentos	Enquadramento da Resolução CMN nº 5.272/2025 por Fundo de Investimentos
Renda Fixa	Enquadrado
Renda Variável e Estruturado	Enquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado

Quanto à concentração por ativo individual e limites de emissão previstos na nova resolução, não foram verificados desenquadramentos ativos.

5.2. RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS

Os fundos de investimentos classificados como renda fixa apresentaram no acumulado do mês com um retorno de **1,18%** representando um montante de **R\$ 6.714.436,26 (seis milhões, setecentos e quatorze mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos)**.

Os fundos de investimentos classificados como renda variável apresentaram no mês um retorno de **-3,99%** representando um montante de **R\$ -2.936.519,61 (menos dois milhões, novecentos e trinta e seis mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta e um centavos)**.

E em se tratando dos investimentos no exterior, estes apresentaram no mês de referência um retorno de **-6,34%** representando um montante de **R\$ -230.774,54 (menos duzentos e trinta mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)**.

5.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os fundos de investimentos que compõe a carteira de investimentos do RPPS, tem como prestadores de serviços de Gestão e Administração os:

Gestão

Administração

Gestão	Valor	% s/ Carteira	% s/ PL Gestão
TESOURO NACIONAL (TÍTULOS PÚBLICOS)	248.642.251,20	38,39%	Não se aplica
SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT	108.512.563,84	16,75%	S/ Info
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	72.586.397,93	11,21%	S/ Info
CAIXA DTVM S.A	65.789.937,79	10,16%	S/ Info
SICREDI	38.097.927,88	5,88%	S/ Info
BANCO BRADESCO	29.472.392,51	4,55%	S/ Info
ITAÚ ASSET MANAGEMENT	21.265.202,08	3,28%	S/ Info
SAFRA WEALTH DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	15.704.823,24	2,42%	S/ Info
ITAÚ UNIBANCO	11.217.519,98	1,73%	S/ Info
TARPON INVESTIMENTOS	7.802.788,24	1,20%	S/ Info
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.639.535,44	1,18%	S/ Info
BANCO J. SAFRA S/A	5.966.053,76	0,92%	S/ Info
BANCO DAYCOVAL	4.758.558,40	0,73%	S/ Info
BANCO BTG PACTUAL	3.544.154,18	0,55%	S/ Info
GUEPARDO INVESTIMENTOS	2.978.404,06	0,46%	S/ Info
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	1.432.660,09	0,22%	S/ Info
SAFRA ASSET MANAGEMENT	886.382,01	0,14%	S/ Info
RENDA ASSET MANAGEMENT	688.939,98	0,11%	S/ Info
GRAPHEN INVESTIMENTOS	685.187,10	0,11%	S/ Info
GENIAL GESTÃO LTDA	0,02	0,00%	S/ Info

Administrador	Valor	% s/Carteira	PL RPPS x PL Global **
TESOURO NACIONAL (TÍTULOS PÚBLICOS)	248.642.251,20	38,39%	Não se aplica
SANTANDER DTVM	108.512.563,84	16,75%	Não disponível
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	72.586.397,93	11,21%	Não disponível
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	65.789.937,79	10,16%	Não disponível
SICREDI	38.097.927,88	5,88%	Não disponível
ITAÚ UNIBANCO	32.482.722,06	5,02%	Não disponível
BANCO BRADESCO	30.905.052,60	4,77%	Não disponível
SAFRA ASSET CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	15.704.823,24	2,42%	Não disponível
BANCO DAYCOVAL	10.781.192,30	1,66%	Não disponível
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.639.535,44	1,18%	Não disponível
SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA	5.966.053,76	0,92%	Não disponível
BANCO DAYCOVAL	4.758.558,40	0,73%	Não disponível
BANCO BTG PACTUAL	3.544.154,18	0,55%	Não disponível
SAFRA ASSET MANAGEMENT	886.382,01	0,14%	Não disponível
BFL CAPITAL	688.939,98	0,11%	Não disponível
RJI CORRETORA DE VALORES	685.187,11	0,11%	Não disponível
BANCO GENIAL S.A.	0,01	0,00%	Não disponível

5.4. RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE

No mês de referência, a rentabilidade obtida pela carteira de investimentos do RPPS apresentou o resultado de **0,55%**, contra uma meta de rentabilidade necessária de **1,37%**.

No acumulado para o exercício, a carteira de investimento do RPPS apresentou **3,12%** de rentabilidade contra **3,31%** da meta de rentabilidade necessária, ou seja, o RPPS não está superando sua meta de rentabilidade para o exercício.

Segue, abaixo, tabela com o desempenho em períodos mais amplos, para fins de análise de longo prazo:

Anos/períodos	Meta %	Retorno %	IPCA
2018	8,63	9,92	3,75
2019	10,59	14,6	4,31
2020*	10,64	1,88	4,52
2021*	16,16	0,46	4,73
2022*	11,02	6,68	4,94
2023	9,92	13,28	4,62
2024*	10,09	8,31	4,83
2025	9,56	13,36	4,26
2026 Acum.	3,31	3,12	1,92
12M	9,57	14,00	4,14
2023-2026	32,58	43,42	-
2021-2026	70,98	53,71	-
2018-2026	127,25	97,27	-

Meta 2026: IPCA + 5,76% a.a. *meta não batida

5.5. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

No mês anterior, o RPPS apresentava um patrimônio líquido **total** de **R\$ 637.799.553,38** (seiscentos e trinta e sete milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos.).

No mês de referência, o RPPS apresenta um patrimônio líquido **total** de **R\$ 647.870.952,30** (seiscentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e setenta mil, novecentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos.).

Podemos observar uma valorização patrimonial de **R\$ 10.071.398,92** (dez milhões, setenta e um mil, trezentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos.).

5.6. RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES

No mês de referência, houve movimentações financeiras na importância total de:

Renda Fixa

- **R\$ 27.063.814,21** em aplicações e
- **R\$ 20.226.201,83** em resgates.

Renda Variável

- **R\$ 0,00** em aplicações e;

- R\$ 354.666,53 em resgates;

Em se tratando do retorno mensurado no mesmo período de referência, o montante apresentado foi de **R\$ 3.547.142,11 (três milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e dois reais e onze centavos)**. Enquanto o montante do retorno acumulado do ano de referência foi de **R\$ 19.356.405,30 (dezenove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e cinco reais e trinta centavos)**.

5.7. AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR

087	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	02/mar	R\$	10.000,00	fluxo
088	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	03/mar	R\$	292.500,00	CONSIGNADO
089	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	03/mar	R\$	6.529,88	CONSIGNADO
090	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	APLICAÇÃO	04/mar	R\$	19.493,44	COMPREV CAPIVARI
091	2026	SANTANDER DI TP	41-4	APLICAÇÃO	05/mar	R\$	2.000.000,00	REALOCAÇÃO
092	2026	CAIXA TP	64-5	RESGATE	05/mar	R\$	2.000.000,00	REALOCAÇÃO
093	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	06/mar	R\$	3.975.000,00	CONSIGNADO
094	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	06/mar	R\$	49.000,00	CONSIGNADO
095	2026	SANTANDER DI TP	406-2	APLICAÇÃO	06/mar	R\$	713.166,66	DESP ADM
096	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	06/mar	R\$	398.495,20	CONSIGNADO
097	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	APLICAÇÃO	06/mar	R\$	562.181,78	COMPREV
098	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	09/mar	R\$	6.000,00	FLUXO
099	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	11/mar	R\$	20.000,00	FOLHA DE PAGAMENTO
100	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	12/mar	R\$	83.500,00	FOLHA DE PAGAMENTO
101	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	12/mar	R\$	138.013,02	FOLHA DE PAGAMENTO
102	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	RESGATE	12/mar	R\$	1.046.167,00	FOLHA DE PAGAMENTO
103	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	APLICAÇÃO	13/mar	R\$	2.092.334,00	REPASSE PREFEITURA
104	2026	SANTANDER DI TP	392-0	APLICAÇÃO	16/mar	R\$	4.650.401,73	REALOCAÇÃO
105	2026	LF DAYCOVAL 2026	722277-9	RESGATE	16/mar	R\$	4.650.401,73	REALOCAÇÃO
106	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	18/mar	R\$	14.000,00	FLUXO
107	2026	ITAU AÇ PHOENIX	99142-7	RESGATE	24/mar	R\$	354.666,53	REALOCAÇÃO
108	2026	SANTANDER DI TP	41-4	APLICAÇÃO	26/mar	R\$	2.376.600,00	REPASSE SEMAE
109	2026	SANTANDER DI TP	392-0	APLICAÇÃO	26/mar	R\$	354.666,53	CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA
110	2026	SANTANDER DI TP	41-4	APLICAÇÃO	27/mar	R\$	6.723.833,00	REPASSE PREFEITURA
111	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	27/mar	R\$	5.000,00	FLUXO
112	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	30/mar	R\$	7.278.000,00	FOLHA DE PAGAMENTO
113	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	30/mar	R\$	87.900,00	FOLHA DE PAGAMENTO
114	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	30/mar	R\$	151.495,00	FOLHA DE PAGAMENTO
115	2026	SANTANDER DI TP	41-4	APLICAÇÃO	31/mar	R\$	1.919.000,00	CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA
116	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	31/mar	R\$	14.200,00	FLUXO
117	2026	SANTANDER DI TP	392-0	APLICAÇÃO	31/mar	R\$	4.914.640,37	CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA
118	2026	CAIXA TP	64-5	APLICAÇÃO	31/mar	R\$	256.499,89	CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA
119	2026	CAIXA TP	58-0	APLICAÇÃO	31/mar	R\$	480.996,81	CONTRIB. PREVIDENCIÁRIA

Foram devidamente emitidas, assinadas e divulgadas as APR relacionadas ao mês de referência.

6. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A análise de risco feita, contempla as diretrizes traça na Política de Investimentos aprovada para o exercício, sendo obrigatório exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, sendo eles: risco de mercado, de crédito e de liquidez.

6.1. RISCO DE MERCADO

Observa-se que o resultado do VaR referente a carteira de investimentos é de **2,84%** para o mês de referência.

No que diz respeito ao resultado do VaR referente ao segmento de renda fixa, o valor é de **0,81%** no segmento de renda variável o valor é de **11,54%**, e por fim, no tocante a investimentos no exterior o valor é de **5,26%**.

O VaR apresentado referente aos segmentos da carteira de investimentos do RPPS está em conformidade com a estratégia de risco traçada na Política Anual de Investimentos – PAI de 2026, não havendo necessidade se ater às Políticas de Contingências definidos na própria PAI.

6.2. RISCO DE CRÉDITO

A carteira de investimentos **possui** um fundo de investimento classificado como FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios enquadrado no Artigo 7º, Inciso IX, da Resolução CMN nº 5.272/2025: **TREND BANK BANCO DE FOMENTO FIDC MULTISSECTORIAL SÊNIOR 1 (CNPJ: 08.927.488/0001-09)**. Conforme histórico e atualizações já tratados neste parecer, trata-se de ativo com histórico de deterioração relevante na qualidade de crédito, atualmente classificado como ativo problemático, sem perspectiva de recuperação no curto prazo e com impossibilidade de resgate, tendo em vista sua estrutura de condomínio fechado. O fundo não recebe novos aportes pelo instituto desde a aplicação inicial realizada em 2011, permanecendo em processo de liquidação/encerramento, com o saldo já reconhecido contabilmente como perda já reconhecida.

6.3. RISCO DE LÍQUIDEZ

A carteira de investimentos possui liquidez imediata (até D+30) de **48,67%** para auxílio no cumprimento das obrigações do RPPS.

Disponibilidade	Valor (R\$)	%
Até D+30	315.198.924,10	48,67%
Até D+180	13.772.436,21	2,13%
Até D+360	15.554.106,37	2,40%
Até D+720	19.568.731,32	3,02%
Até D+1800	33.561.103,23	5,18%
Até D+3600	33.107.406,58	5,11%
Acima D+3600	215.534.844,84	33,28%
Indeterminado	1.374.127,08	0,21%
total		R\$ 647.671.679,73

7. ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Não foram solicitados Relatórios de Análise de Carteira no mês de referência pelo RPPS à Consultoria de Investimentos contratada.

8. ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Foram solicitados a Consultoria de Investimentos contratada Análises de Fundo de Investimentos:

- 35.727.513/0001-83 - ITAÚ US TREASURY INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA 14/04/2026 (A LIBERAR)
- 35.727.449/0001-30 - ITAÚ INFLAÇÃO AMERICANA INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA 14/04/2026 (EM ANÁLISE)
- 63.197.387/0001-38 - BB FLUXO SOBERANO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CURTO PRAZO 02/04/2026 (CONCLUÍDO, positivo para aportes)

9. PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO

Não houve atualizações de credenciamentos de instituições.

10. PLANO DE CONTINGÊNCIA

Não há processo de contingência aberto para atualização do acompanhamento ou em processo de abertura para apuração de “excessiva exposição a riscos” ou “potenciais perdas dos recursos”.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este parecer foi elaborado pelo Gestor dos Recursos e previamente disponibilizado aos membros do Comitê de Investimentos para análise e comentários. Em relação à carteira de investimentos e à manutenção dos percentuais de alocação, estas foram feitas de acordo com a orientação e acompanhamento da Consultoria de Investimentos.

Destaca-se que não foram encontrados indícios ou números que possam prejudicar a aprovação das Aplicações e Aportes dos Recursos para o mês de referência. Por isso, este parecer é encaminhado como uma análise favorável dos membros do Comitê de Investimentos para ser aprovado pelo Conselho Fiscal.

